

Nota de Repúdio à redução das representações das universidades no CONDEPHAAT

O Comitê de Patrimônios e Museus da ABA – Associação Brasileira de Antropologia repudia veementemente uma possível (e já anunciada) redução de representantes das universidades paulistas do Colegiado do CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado.

Vale lembrar que até o início dos anos 1980, a USP era a única Universidade a se manifestar nesse Colegiado, criado em 1968 junto com o Conselho. As áreas de conhecimento contempladas naquele momento eram as tradicionalmente associadas à preservação do patrimônio: História, História da Arquitetura e Arqueologia. No início da redemocratização, uma reforma na composição do Conselho permitiu a inclusão de representantes das três universidades estaduais (USP, UNICAMP e UNESP) e de outras áreas de conhecimento, entre elas as Ciências Sociais e, especialmente, a Antropologia.

Essa medida não significava apenas o fortalecimento quantitativo das bases acadêmicas da preservação, mas – em consequência disso – um aumento de sua massa crítica e a necessária diversificação das razões pró ou contra a adoção e implementação de medidas de acautelamento de bens culturais. Tinha início a ampliação do conceito de valor na prática patrimonial e a consequente diversificação das bases conceituais, dos procedimentos e agentes da preservação.

É importante lembrar que a colaboração dos acadêmicos de origens institucionais, disciplinares e mesmo regionais diversas e sua livre manifestação no Colegiado, com direito a voz e voto, são um caminho legítimo, eficiente e talvez inescapável para o cumprimento, no âmbito do Estado de São Paulo, do que estabelece o Artigo 215 da norma constitucional segundo a qual o Poder Público promoverá, com a colaboração da sociedade – e não com a ampliação progressiva do espaço de representação do próprio Estado, como se tem observado - a salvaguarda dos bens culturais “portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. Cabe ressaltar ainda que a colaboração dos acadêmicos significa prestação de serviços de assessoria de alto nível e pro bono, ou seja sem custos, em benefício - em princípio - do Conselho e da sociedade.

A ABA se opõe - fortemente – a qualquer retrocesso obscurantista, que conduza a gestão preservacionista na contramão do que se procura fazer em todo o mundo, ou seja, a salvaguarda do patrimônio cultural tangível e intangível, orientada pelo respeito à diversidade, à sustentabilidade, aos direitos culturais, que se vale do conhecimento acadêmico e busca os caminhos abertos pelo avanço da democracia.

Associação Brasileira de Antropologia e seu Comitê Patrimônios e Museus

Brasília, 13 de janeiro de 2017.